

As instâncias do discurso e o espaço-tempo escritural: uma proposta analítica para artigos acadêmicos à luz da teoria da linguagem de Benveniste

The instances of discourse and written space-time: an analytical proposal for academic papers based on Benveniste's theory of language

Patrícia Azevedo Gonçalves*
Claudio Primo Delanoy**

RESUMO

O presente artigo apresenta parte dos resultados de nossa pesquisa de doutoramento que buscou visibilizar as contribuições da linguística benvenistiana para a análise de textos do gênero artigo acadêmico. Delimitou-se, como objetivo geral, com base nos pressupostos da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste (1976, 1989, 2014), a proposição e a aplicação de um dispositivo analítico com categorias e descritores que instrumentalizem uma avaliação enunciativa de textos da esfera acadêmica, de modo focal artigos científicos produzidos por graduandos/graduados. Assim, esta pesquisa se insere em uma perspectiva teórica e aplicada, porque, da síntese do quadro teórico em tela, foi construído um instrumento analítico, do qual exploraremos o primeiro eixo: (1) instâncias do discurso: (1.1) quadro figurativo e (1.2) espaço-tempo escritural. Este estudo sustenta a tese de que, embora Émile Benveniste não tenha se dedicado diretamente ao estudo da escrita científica, seu posicionamento

Recebido em 18 de dezembro de 2024.

Aceito em 14 de março de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2025n69.1451>

* PUCRS/CNPq, patricia.goncalves87@edu.pucrs.br, <https://orcid.org/0000-0002-1442-8185>

** Escola de Humanidades (PUCRS), claudio.delanoy@pucrs.br, <https://orcid.org/0000-0002-8015-5349>

epistemológico e suas contribuições para a compreensão da linguagem e de como nela o homem se constitui como sujeito possibilitam a formulação de categorias analíticas para a avaliação de textos acadêmicos.

Palavras-chave: Enunciação Escrita. Artigo Acadêmico. Avaliação. Instâncias do Discurso. Espaço-Tempo Escritural.

ABSTRACT

The present paper draws on the results of our doctorate study, which aimed to highlight the contributions of Benvenistian linguistics to text analysis of the academic paper genre. We established, as general objective, based on the premises of Émile Benveniste's (1976, 1989, 2014) Theory of Language, the proposal and application of an analytical tool with categories and descriptors that enable an enunciative assessment of texts within the academic environment, more specifically scientific papers written by undergraduate students and graduates. Thus, this is a theoretical and applied study, since, based on the synthesis of the theoretical framework on screen, we built an analytical tool, of which we shall explore the first axis: (1) instances of discourse: (1.1) figurative framework and (1.2) textual space-time. This study defends the thesis that, despite Émile Benveniste not dedicating his work directly towards the study of scientific writing, his epistemological stance and contributions to language understanding and how in it men constitute themselves as subjects enable the creation of analytical categories to assess academic texts.

Keywords: Written Enunciation. Academic Paper. Assessment. Instances of Discourse. Written Space-Time.

Palavras iniciais: a teorização de Benveniste e a escrita acadêmica

A escrita é apresentada por Benveniste (2014 [1969], Aula 14, p. 167-168) como “princípio organizador da sociedade”; segundo o autor, ela seria “o instrumento da revolução mais profunda por que passou a humanidade depois do fogo”. A enunciação escrita apresenta estatuto particular em meio aos fenômenos enunciativos (Flores, 2018a), dado que se constitui de várias enunciações, é um engendrado de várias intersubjetividades. Escrever compreende “procedimentos singularmente reapropriados e refletindo um

modo próprio de elaborar o pensamento e de textualizá-lo para oferecê-lo à leitura” (Fenoglio, 2019, p. 213).

Benveniste, como bem se sabe, não se debruçou sobre aspectos específicos da escrita acadêmica/científica, embora, em seus estudos, sejam delineados princípios epistemológicos e metodológicos que lançam luz à compreensão da escrita enquanto fazer científico, pois “A atividade científica é uma prática discursiva” (Fenoglio, 2019, p. 117, grifo nosso). Assim, a pesquisa aqui descrita se ancora na crença de que é possível depreender de seus textos “algo que, mesmo que não explícito, estava ali em potencial” (Flores, 2019a, p. 11) e de que o viés enunciativo contribui para uma melhor compreensão das nuances semânticas das línguas, materializadas em cada ato enunciativo, cada texto produzido enquanto forma discursiva complexa, qualificando nossos critérios como avaliadores de textos e analistas da linguagem (Batista; Silva, 2022).

Assim, compreendendo que a Linguística Enunciativa, em seu aspecto operacional (Ono, 2007), abre possibilidades a estudos que podem contribuir para o aprimoramento de práticas de escrita no ensino superior, o estudo aqui apresentado se propõe a elaborar um dispositivo analítico para textos acadêmicos do gênero artigo científico, cujas categorias e descritores se ancoram na Teoria da Linguagem de Émile Benveniste.

Nossa pesquisa, portanto, se insere em uma perspectiva teórica e aplicada, pois intenta refletir sobre em que medida determinadas noções apresentadas pelo autor são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à avaliação de gêneros acadêmicos. Tendo o artigo científico como discurso do qual se parte para pensar a enunciação escrita, visamos analisar qualitativamente um *corpus* de textos desse gênero a partir do eixo analítico *instâncias do discurso*, que propomos dividir em duas categorias: *quadro figurativo* e *espaço-tempo escritural*, os quais, por sua vez, se constituem por outras subcategorias.

Lançadas as premissas de nossa escrita, apresentamos a estrutura deste artigo. Após esta introdução, em nosso referencial teórico, apresentamos

uma síntese das formulações propostas por Benveniste (1976, 1989, 2014) em um conjunto de textos publicados nas obras *Problemas de Linguística Geral I e II* e *Últimas aulas do Collège de France (1968 a 1969)* que contribuem para a reflexão sobre as particularidades da enunciação escrita. A seção posterior estabelece os aspectos metodológicos que sustentaram esta investigação: quais são os nossos objetivos e como se deu a coleta e a análise dos dados. Em seguida, apresentamos nossa contribuição: uma proposta enunciativa de instrumento analítico para o gênero artigo científico e sua aplicação em um conjunto de textos publicados por graduandos e graduados em uma revista acadêmica brasileira. Após sua discussão, tecemos nossas considerações finais e registramos as referências que compuseram nosso estudo.

1. Referencial teórico: onde nos situamos no *Universo Benvenistiano*

1.1 Alguns pressupostos: linguagem, língua, enunciação e intersubjetividade

Em *Vista d'olhos para o desenvolvimento da linguística*, o autor propõe que “a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza” (Benveniste, 1976 [1963b], p. 20). Em sentido amplo, a linguagem é o ponto de encontro, instrumento de interação entre a vida mental e a vida cultural, pois é capacidade simbólica de produzir sentido: “Uma linguagem é, em primeiro lugar, uma categorização, uma criação de objetos e de relações entre esses objetos” (Benveniste, 1976 [1956b], p. 89).

A língua, por sua vez, é o resultado de um processo de simbolização em muitos níveis. Logo,

[...] o “dado” linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar as partes constitutivas: é, já, um complexo, cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento,

outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva (Benveniste, 1976 [1954b], p. 13).

Ela constitui-se enquanto sistema particular, composto por elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de estrutura. O autor assim a descreve em *A linguagem e a experiência humana*:

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (Benveniste, 1989 [1965], p. 69).

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1989 [1970], p. 82) define que: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Antes da enunciação, a língua é somente *possibilidade*. É somente no presente da enunciação que a língua é colocada em movimento:

A enunciação é sempre única e irrepitível, porque a cada vez que a língua é enunciada tem-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. Assim, cada análise linguística é única também. É da ordem do repetível apenas a organização do sistema da língua (Flores; Teixeira, 2017, p. 100).

Para Flores (2010, p. 46), a enunciação “não é um nível de análise, mas um ponto de vista – o do sentido – sobre os níveis. A enunciação é transversal à língua. Ela não se encerra em um único compartimento. Ela está em todos os níveis”. Sua centralidade, podemos pensar, culminou, na história das ideias linguísticas, na gama de termos que dão nome ao quadro teórico advindo dos escritos de Benveniste: Teoria da Enunciação, Linguística Enunciativa, dentre outros.

Segundo o *Dicionário da Linguística da Enunciação* (Flores *et al.*, 2022, p. 102), o ato enunciativo, ato de tomada da palavra, manifestação da enunciação passa a ter “existência em um determinado momento em que

a língua é mobilizada por um locutor”. A enunciação é, igualmente, um processo de *apropriação* – pois o locutor se utiliza do aparelho formal da língua e enuncia sua posição: “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como *eu*” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 286, grifos do autor) – e de *atualização*, já que, a cada vez, de modo único, a estrutura da língua é mobilizada por meio de inter-relações exigidas pela ideia a ser expressa. Por fim, a enunciação é, também, discurso: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (Benveniste, 1976 [1964], p. 140). O discurso seria, portanto, o resultado dessa atualização. Como bem sintetiza Barboza (2020, p. 137): “podemos entender que o discurso comporta a repetibilidade da língua na irrepetibilidade da enunciação”.

Em *Da subjetividade na linguagem*, temos os fundamentos dessa propriedade constitutiva da linguagem, a qual se define como “a capacidade do locutor de se propor como sujeito” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 286). Assim, é fundamental compreender que o parâmetro central para a enunciação é o enunciador: “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Flores; Teixeira, 2017, p. 36). Logo: “Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua” (Benveniste, 1976 [1964], p. 137).

O locutor está sempre em constante e necessária relação com sua própria enunciação, pois esse ato individual de apropriação da língua “introduz aquele que fala *em sua fala*” (Benveniste, 1989 [1970], p. 84, grifo do autor), uma vez que “**é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como ‘sujeito’**” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 286, grifo nosso). Portanto, conforme enfatizam Costa Silva e Endruweit (2011), é central compreender que Benveniste funda *linguisticamente* a noção de subjetividade.

Em obra de 2019, Flores faz duas considerações que julgamos fundamental retomar: a primeira diz respeito à *passagem* do locutor a sujeito; a segunda adverte quanto à acepção de subjetividade posta por Benveniste

(Flores, 2019c). Segundo o linguista, na *origem* do que é dito, temos a *figura do locutor* – “aquele que fala em uma dada instância de discurso e que, ao falar, se autoindica através de marcas específicas na língua” (Flores *et al.*, 2022, p. 157) – e não ainda um sujeito pré-constituído antes do ato enunciativo: “se o locutor **se propõe** como sujeito, não se pode dizer que o sujeito está na origem do que é dito. [...] O sujeito é uma decorrência. Há uma **passagem** de locutor a sujeito” (Flores, 2019c, p. 63, grifo nosso). Esse movimento é fundamental para a compreensão da teoria e nos interessa sobremaneira neste estudo: investigar a enunciação escrita na tentativa de encontrar pistas e estratégias que evidenciem autoria – “as marcas da enunciação e do sujeito no enunciado” (Flores *et al.*, 2021, p. 26) – é olhar para essa passagem, é olhar para o texto como discurso que evidencia um arranjo pelo qual um locutor se propôs como sujeito de sua produção escrita.

Flores (2019c) chama atenção para o fato de que, quando Benveniste aborda a noção de subjetividade, o faz do interior da ciência linguística: não se trata de uma discussão psicológica; Benveniste busca compreender e descrever a *subjetividade enquanto construção/marca linguística*. Isto é, focaliza seus estudos nas representações do *sujeito-que-enuncia* e não no sujeito em sentido amplo. Araújo (2019, p. 62) destaca que a subjetividade da qual Benveniste trata “é a capacidade de o locutor colocar-se como *sujeito* no e pelo uso da *língua*”, não um idealismo abstrato ou subjetivista.

Entretanto, estamos diante de uma teoria da intersubjetividade, e não somente da subjetividade: “cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro” (Benveniste, 1976 [1963b], p. 27). Isso significa dizer que toda enunciação é, também, suirreferencial: é reveladora da experiência subjetiva do locutor e igualmente direcionada a um interlocutor. Tal dialética determinará toda instância enunciativa, não somente os aspectos formais, mas também sua função mediadora, representativa, simbólica:

[...] a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: **para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade**. Isso faz

da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (Benveniste, 1976 [1963b], p. 26, grifo nosso).

Vale aqui reter alguns elementos desse trecho: por que *representa e recria*? Porque a realidade a que Benveniste se refere é a criada *pelo/no* discurso. Por que enfatizar que a comunicação é *intersubjetiva*? Porque ela se dá como estrutura de diálogo, no qual “duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (Benveniste, 1989 [1970], p. 87). Também nas *Últimas aulas* o autor retoma a dimensão de diálogo inerente à língua: ela, “de fato, é uma atividade, um comportamento no qual se está sempre em situação de diálogo” (Benveniste, 2014 [1969], Aula 8, p. 130). E essa compreensão é fundamental para pensar nosso tema de pesquisa, pois a escrita configura-se pelo posicionamento em face de um possível interlocutor (leitor presumido): um dos principais aspectos caracterizadores da enunciação é a “acentuação da relação discursiva com o **parceiro**, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (Benveniste, 1989 [1970], p. 87, grifo nosso).

A Linguística da Enunciação, convém enfatizar, toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas busca também refletir sobre o processo de produção deste: sujeito, tempo e espaço. Benveniste, nas palavras de Flores (2013a, p. 76), torna possível “a união entre a singularidade da enunciação e a repetibilidade do sistema”. Assim, como bem sintetiza Fernandes (2011, p. 137, grifos nossos): “é **no** enunciado que encontramos as marcas do sujeito que nos permitem afirmar que a subjetividade está na língua. Por conseguinte, os sentidos emergem e se multiplicam **nas marcas do dizer** de tal sujeito”.

1.2. O aparelho formal e o *eu-aqui-agora* do texto

A língua é constituída de caracteres formais que a caracterizam enquanto um “sistema que inter-relaciona o valor distintivo das formas e o valor referencial relativo à situação enunciativa” (Flores *et al.*, 2022, p. 150).

Ao mobilizar a língua, ao tomá-la como instrumento, o locutor “determina os caracteres linguísticos da enunciação” (Benveniste, 1989 [1972], p. 82), sua relação e agenciamento se dão por meio de um dos principais pontos de ancoragem da Teoria da Linguagem de Benveniste: o aparelho formal da enunciação.

Este aparato é concebido pelo autor como “uma espécie de dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas. Esse aparelho nada mais é que a marcação da subjetividade na estrutura da língua” (Flores; Teixeira, 2017, p. 36). A enunciação, portanto, “supõe a conversão individual da língua em discurso” (Benveniste, 1989 [1970], p. 82); é um ato de instrumentalização da língua vertida em discurso pelo sujeito enunciator:

Benveniste pretende mostrar como o *aparelho formal* da língua a torna capaz não somente de “dominar” objetos e situações, mas sobretudo de “gerar” *discursos* com significações originais, tanto individuais quanto compartilháveis na interlocução com outrem (Kristeva, 2014, p. 37, grifos da autora).

Tal aparato formal inclui não apenas as palavras e frases utilizadas, mas também as funções e relações sintáticas, as categorias gramaticais e outros elementos que contribuem para a construção e a interpretação do ato enunciativo. Assim, ao mobilizar o conceito de aparelho, destacam-se a complexidade e a riqueza dos recursos linguísticos dos quais os locutores podem lançar mão para comunicar e simbolizar. Igualmente, evidencia-se o caráter universal e particular da enunciação, uma vez que “*é universal que todas as línguas tenham dispositivos que permitam sua utilização singular pelos sujeitos; é particular a configuração destes sistemas e o uso que os sujeitos deles fazem*” (Flores et al., 2021, p. 22, grifo dos autores). Não existem, portanto, sistemas linguísticos que não apresentem a possibilidade, em seu interior, de o homem se singularizar.

Ao descrever o aparelho formal da enunciação, Benveniste (1989 [1970], p. 83-85) distingue índices específicos e procedimentos acessórios, os quais permitem ao locutor enunciar sua posição de locutor. Tem-se,

portanto, os *índices* (elementos indicadores) e também os *procedimentos* (processos, modos de organização). Esses, embora distintos, são “conceitos complementares e constitutivos do aparelho da enunciação”, estando, assim, em uma relação de complementaridade (Aresi, 2011, p. 272).

Aresi (2018) destaca que o emprego do termo “indicadores” não se dá por acaso na reflexão de Benveniste. Sua designação reflete a função que exercem – não de representar, mas de *indicar*. “Trata-se de elementos que apontam referencialmente para a instância a cada vez única de discurso da qual eles são coextensivos e contemporâneos; eles não existem senão nela” (Aresi, 2018, p. 44). Os índices específicos, caracteres necessários e permanentes da enunciação, “São as formas específicas das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, reveladas na e pela enunciação, e responsáveis por assegurar a *referência* [...] enquanto condição necessária da enunciação (referência ao ato e à situação de enunciação)” (Aresi, 2011, p. 272, grifo do autor), podendo ser assim sistematizados: (i) índices de pessoa (*eu-tu*); (ii) índices de ostensão de espaço (este, aqui); (iii) formas temporais (relativas ao presente da enunciação).

Lichtenberg (2006, p. 26) reflete que, quando o sujeito diz *eu*, esse dizer “é sempre único, porque relativo àquele que assim se designa, se apresentando como referente e, ao mesmo tempo, como referido. Não há como dizer *eu* sem particularizar-se”. Eis aqui o que Oliveira (2022, par. 3) destaca como *estatuto ambíguo do referente*: “apesar de este orientar necessariamente para uma realidade extralinguística, trata-se, antes de tudo, de uma realidade intralinguística, porque construída discursivamente, já que ‘referir’ é ‘falar de’”. Tal compreensão acerca da particularização do eu ao enunciar-se, adverte Lichtenberg (2006), perpassa não somente a dimensão mais direta da constituição da subjetividade na língua e as formas linguísticas que são agenciadas para tanto, mas implica, numa tessitura, todas as demais noções desse quadro teórico.

Uma **dialética singular** é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se

apropria pelo **ato** de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, **se torna único e sem igual**, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (Benveniste, 1989 [1965], p. 69, grifos nossos).

Essa compreensão acerca da dialética singular do *eu* fundador em relação a outros é uma das principais e mais belas contribuições da Teoria da Enunciação de Benveniste, a qual se espraia e permite compreender inúmeros fenômenos linguísticos a partir da tônica particular do sujeito.

A enunciação pressupõe igualmente um *tu*: “indivíduo alocutado na presente instância de discurso que contém a instância linguística *tu*” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 279). Para ele, apontam a força e a direção dos enunciados (Ono, 2007). Ao explorar a natureza dos pronomes, Benveniste (1976 [1956a]) designa o ato enunciativo como momento fundador do quadro figurativo: quando *eu* se enuncia, ele instaura a existência de um *tu*. Existência essa, convém sempre destacar, tida como *realidade discursiva*, como relação referencial que se dá dentro do próprio discurso.

Dufour (2000, p. 81, grifos do autor) afirma que “Benveniste foi um dos raros a empreender uma descrição sistemática do dispositivo intralinguístico singular pelo qual a língua é posta em ato: *eu* diz a *tu* histórias que obtém *d’ele*”. Assim, a passagem de locutor a sujeito ou o *nascimento do sujeito*, segundo o autor, se dá em três tempos: “o tempo reflexivo do *eu*, o tempo dual do *eu-tu* e o tempo trinitário do *eu-tu-ele*” (Dufour, 2000, p. 91, grifos do autor): há, portanto, uma “trindade” imanente ao ato de enunciar, na qual há uma relação de *implicação*: “o ‘*tu*’ proposto pelo ‘*eu*’ não é somente o destino do dito, mas o suposto, o representado” (Silva; Malcorra, 2016, p. 243).

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste (1976 [1946], p. 250) lança as bases dessa descrição:

Nas duas primeiras pessoas, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre o “*eu*”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “*tu*” é necessariamente designado

por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

Por fim, temos a “não pessoa”, que remete a uma situação objetiva. A esse respeito, Aresi (2018, p. 42) aponta que, por serem passíveis de identificação somente na instância de discurso que as contêm, as formas *eu-tu* **têm a enunciação em si como condição de existência; já a forma *ele***, de modo oposto, “reporta não à situação de discurso, mas à própria língua fora da alocação. Trata-se, neste caso, de uma referência ‘objetiva’, em oposição à referência ‘subjativa’ que marca as formas ‘eu-tu’”.

Assim, Flores (2013a, p. 91) apresenta a distinção entre pessoa e não pessoa, a qual sintetiza o apresentado até aqui: (i) unicidade específica: *eu* e *tu* são sempre únicos, enquanto *ele* pode referir-se a uma infinidade de sujeitos (ou a nenhum); (ii) inversibilidade: enquanto *eu* e *tu* são reversíveis entre si, *ele* não pode ser invertido com nenhum deles; (iii) predicação verbal: tudo aquilo que não pertence às pessoas *eu* e *tu* recebe como predicado a forma verbal de terceira pessoa.

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem (Benveniste, 1989 [1965], p. 80).

Seguindo nossa reflexão, chegamos aos índices de ostensão. Os elementos demonstrativos têm uma natureza ostensiva que proporciona uma ampliação do campo dêitico de coordenadas perceptivas. De acordo com Santos (2019, p. 46-47), “os índices de ostensão (‘este’, ‘agora’, ‘aqui’) são signos que implicam um gesto do sistema perceptual da língua que designa

o objeto visível e, ao mesmo tempo, invisível”. Isto é, são os elementos linguísticos aos quais chamamos de dêiticos.

Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de “indicadores” que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais (Benveniste, 1976 [1956a], p. 279, grifo do autor).

Trata-se, portanto, de uma relação de referência, constitutiva da língua enquanto comunicação intersubjetiva, em que as formas vazias assumem valor operacional fundamental (Aresi, 2018): “A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’” (Benveniste, 1976 [1956a], p. 289). Podemos assim sintetizar: (i) signos vazios: permitem o exercício da linguagem; não referenciais com relação à “realidade”; instrumentos da conversão da linguagem em discurso; signos autorreferenciais; (ii) signos plenos: assumidos por um locutor em cada instância de seu discurso.

No texto *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste remete aos termos que constituirão o paradigma interno da enunciação: as formas temporais. Caracterizada como quadro inato do pensamento, a temporalidade, segundo o autor, é produzida *na e pela* enunciação. Logo, a enunciação tem o poder de instaurar a categoria de presente, da qual, por sua vez, nasce a categoria de tempo. Em asserção disruptiva, Benveniste (1989 [1970], p. 85) estabelece que “O presente é propriamente a origem do tempo”. Inerente à enunciação, a qual se renova a cada produção discursiva, o presente é coextensivo à nossa própria presença, imprimindo

[...] na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não é mais (Benveniste, 1989 [1970], p. 85-86).

Os procedimentos acessórios, por sua vez, estão ligados à singularidade que cada enunciação evoca; portanto, à língua toda. São alguns deles: a intimação, a asserção, a interrogação e as modalidades formais pertencentes aos verbos ou às fraseologias. Conforme comenta Flores (2018a, p. 405), apesar dos poucos exemplos de procedimentos acessórios, “o raciocínio de Benveniste leva a crer que haveria muitos mecanismos que poderiam ser tomados como acessórios da enunciação”.

Aresi (2011) defende que os procedimentos acessórios são aqueles relativos ao agenciamento das formas, os quais estariam a serviço da semantização *total* da língua, isto é, não atuariam como um elemento coadjuvante. Na leitura do pesquisador, ao utilizar o adjetivo *acessório*, Benveniste não estaria indicando algo “de menor importância” ou “dispensável”, mas um “aspecto de **menor evidência** na investigação acerca da subjetividade na linguagem, sendo as categorias de pessoa, tempo e espaço mais elucidativas dessa instância do homem na língua” (Aresi, 2011, p. 272, grifo nosso). Assim, a conversão da língua em discurso e a constituição do sentido se dariam pela escolha e pelo agenciamento das formas pelos locutores ao realizarem o uso efetivo da língua. No mesmo estudo, ele apresenta a compreensão de que o aparelho formal da enunciação não diz respeito a apenas parte da língua, pois “esta se encontra inteiramente sujeita à enunciação” (Aresi, 2011, p. 272).

Ao concluir esta seção, cabe retomar a ressalva registrada por Barboza (2020, p. 147): “Toda enunciação possui ‘eu-aqui-agora’, no entanto, ‘eu-aqui-agora’ não precisam estar marcados formalmente”. Nisso está também a riqueza dessa teoria para se pensar em que medida a intersubjetividade, por exemplo, é delineada em textos escritos: para além dos caracteres mais fixos nos sistemas gramaticais das línguas, há uma série de formas de modalização, organização, hierarquização do enunciado que evidenciam a singularidade enunciativa, tendo em vista que nenhum sujeito se apropria da mesma forma desse aparato. Ainda que repetidos em uma mesma organização linguística, o contexto, o tempo e os interlocutores nunca são exatamente os mesmos. O

enunciado é sempre novo, pois as instâncias do discurso nunca são idênticas: “Usar *eu* é reconhecer-se com direito à fala, ou seja, é dar-se um lugar no espaço simbólico” (Teixeira, 2012, p. 16-17). Logo, o agenciamento singular das formas no ato enunciativo instaura sempre um novo espaço escritural, uma vez que compreende sempre um novo locutor frente a uma nova situação enunciativa.

2. Método: nosso ponto de vista sobre o objeto

2.1. Pressupostos metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo. Ainda, se insere em uma perspectiva teórica e aplicada, pois intenta refletir sobre em que medida determinadas noções apresentadas pela Teoria da Linguagem de Émile Benveniste são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à análise de gêneros acadêmicos.

Na concepção inicial e realização da pesquisa de doutorado que reproduzimos parcialmente aqui, as seguintes questões nos impulsionaram: (i) quais conceitos da obra de Benveniste podem contribuir para a análise de textos acadêmicos?; (ii) em que medida determinadas noções apresentadas pelo autor são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à avaliação de gêneros acadêmicos?; (iii) é possível pensar em um instrumento de avaliação de textos que seja enunciativo? Diante dessas indagações, fixamos o seguinte objetivo geral: propor um dispositivo analítico com categorias e descritores que instrumentalizem a avaliação enunciativa de textos da esfera acadêmica, de modo focal artigos científicos produzidos por graduandos/graduados, a partir dos pressupostos da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste (1976, 1989, 2014). Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: (i) elencar os principais conceitos e noções da Teoria da Linguagem de Benveniste (1976, 1989, 2014) que podem ser relacionados à escrita acadêmica e à sua avaliação, a fim de propor um conjunto de categorias

analíticas; (ii) propor, a partir destas, um instrumento analítico (categorias e descritores) para artigos acadêmicos que vise à operacionalização de uma avaliação enunciativa; (iii) aplicar o instrumento por meio da análise de artigos de graduandos e graduados publicados em uma revista acadêmica brasileira.

Nosso instrumento analítico foi aplicado em textos acadêmicos em língua portuguesa – português brasileiro (PB) do gênero artigo acadêmico de estudantes de graduação ou apenas graduados. Realizamos tal recorte, pois nos interessou, nesse momento, olhar para textos de estudantes em uma etapa inicial de letramento acadêmico, a fim de, posteriormente, pensar as implicações da aplicação deste instrumento para o ensino de escrita e também a interlocução entre autores de artigos e outros agentes avaliadores, como revisores, pareceristas de periódicos, professores orientadores etc. Assim, empreendemos uma busca por revistas acadêmicas que aceitassem submissões de estudantes nesse nível de Educação Superior na área de Letras. Chegamos à *Revista Gatilho*¹, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da qual foram selecionados três textos representativos da diversidade do curso de Letras, a saber, educação, linguística e literatura. Tal recorte se justifica, pois julgamos pertinente considerar de que modo as questões linguísticas destacadas em nossas categorias e critérios eram mobilizadas por autores destes diferentes vieses. Logo, selecionamos os seguintes artigos, que serão analisados na seção seguinte: (1) *Letramentos (des)legitimados e práticas de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários*, estudo que tematiza a prova de Linguagens do ENEM e seu efeito retroativo para o Ensino Médio; (2) *Análise lexicográfica na FrameNet Brasil*, que apresenta um relato de pesquisa no âmbito da Linguística Formal; (3) *A questão da memória n'A idade do Serrote*, síntese de uma obra autobiográfica, que discute questões como escrita literária e memória.

1 Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/issue/archive>. Acesso em: 1 dez. 2023.

2.2. Categorias analíticas

Do amplo *corpus* listado no referencial teórico que sustentou nossa visão acerca da Teoria da Linguagem e da Enunciação proposta por Benveniste, seis de seus textos foram fundamentais para pensarmos a análise de artigos acadêmicos, subsidiando as categorias que aqui propomos: *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1976 [1963b]), *Os níveis de análise linguística* (1976 [1964]), *A linguagem e a experiência humana* (1989 [1965]), *A forma e o sentido na linguagem* (1989 [1966-1967]), *Semiologia da língua* (1989 [1969b]) e *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]). Igualmente, nos ancoramos em propostas teóricas, como Ono (2007), Fenoglio (2019), Flores (2013a, 2018a) e Flores *et al.* (2021, 2022), e analíticas já produzidas por pesquisadores da área, como Aresi (2011, 2018), Barboza (2020), Batista e Silva (2022), Knack e Oliveira (2017) e Lichtenberg (2006).

Por fim, destacamos que não colocamos as categorias aqui descritas como um conjunto de critérios fechados, proposições estanques, mas sim como uma proposta para realização de uma análise enunciativa, em que as noções teóricas são o ponto de partida e as categorias pré-estabelecidas são pontos de ancoragem. Buscamos sustentar um olhar integrativo e, sabemos, subjetivo, sem nos fecharmos à dimensão criativa e simbólica advinda dos múltiplos agenciamentos possíveis aos sujeitos autores dos textos que iremos analisar, nem à unicidade inerente ao ato enunciativo que é ler e analisar, pois compreendemos a análise como “um ‘comentário’ sobre a enunciação, isto é, como uma interpretação do enunciado, enfim, como um enunciação sobre outra enunciação” (Aresi, 2011, p. 274).

2.2.1. Nosso ponto de partida: noções e conceitos para uma análise enunciativa

Tendo o artigo científico como dado linguístico, como discurso do qual se parte para pensar a enunciação escrita, visamos analisá-lo a partir

do eixo: (1) as instâncias do discurso: quadro figurativo e espaço-tempo escritural, conforme exposição a seguir.

1 INSTÂNCIAS DO DISCURSO

1.1 Quadro figurativo

1.1.1 Locutor (autorreferência – autor)

1.1.2 Alocutário (leitor presumido)

1.1.3 Representação de outras enunciações (citações)

1.2 Espaço-tempo escritural

1.2.1 Macroestrutura do gênero (constituição do artigo)

1.2.2 Temporalidade/linearidade textual

Quadro 1. Instâncias do Discurso

O (1.1) quadro figurativo é sustentado, principalmente, pelos índices de pessoa e marcas que apontam para o horizonte enunciativo do texto; visa, portanto, fazer compreender “como se constituem as diferentes posições enunciativas” (Fenoglio, 2019, p. 91). Ele se divide, por sua vez, em três relações a serem consideradas: (1.1.1) o locutor, ao empregar (ou não) estratégias de autorreferência, tendo em vista que “o autor *compreende a si mesmo* graças a procedimentos muito variados, semióticos, icônicos ou verbais que lhe permitem se situar em sua própria tarefa de escrita” (Fenoglio, 2019, p. 79, grifo da autora); (1.1.2) o alocutário, isto é, em que medida o texto evidencia, explícita ou implicitamente, uma consideração ao leitor; (1.1.3) a representação de outras enunciações, ou seja, como se dá o engendramento entre os enunciados do autor do texto e enunciados citados: “um discurso argumentado que será situado e confrontado com outros discursos” (Fenoglio, 2019, p. 79).

Como segunda dimensão que compõe as instâncias do discurso, temos o eixo (1.2) espaço-tempo escritural.

Considero uma conjuntura a correlação de um acontecimento de enunciação (um texto com sua temporalidade específica) à temporalidade de outros acontecimentos (outros textos). A projeção dessas temporalidades uma sobre as outras constitui para nós uma conjuntura específica (Guimarães, 2018, p. 28).

Aqui, num deslocamento das reflexões presentes na Teoria Enunciativa, defendemos que o texto pode ser considerado um espaço-tempo escritural, o qual se subdivide em duas relações fundantes: (1.2.1) a macroestrutura do gênero: delimitada pelas restrições impostas pela estrutura prototípica do gênero (por exemplo: que seções um artigo deve ter; o que e quanto convém registrar no resumo, nas considerações finais); e (1.2.2) a temporalidade/linearidade textual: marcada por índices de ostensão, outras expressões referenciais e as formas verbais mobilizadas (p. ex. “*a seguir*, apresentaremos nossos dados”; “*logo abaixo*, a Tabela 1 apresenta as porcentagens...”). Para concebê-lo, consideramos os artigos *Semiologia da língua* (Benveniste, 1989 [1969b]) e *O aparelho formal da enunciação* (Benveniste, 1989 [1970]), bem como reflexões como as de Aya Ono (2007) e de Barboza (2020).

Apresentamos, a seguir, o mapa conceitual em que buscamos esboçar as relações teóricas que estabelecemos tanto para estruturar nossa proposta de instrumento analítico, quanto para justificar a organização que seguimos ao construir nosso referencial teórico. Para os fins deste artigo, serão explorados os campos em azul, os quais se relacionam, dentro de nossa proposta, ao eixo que denominamos *instâncias do discurso*.

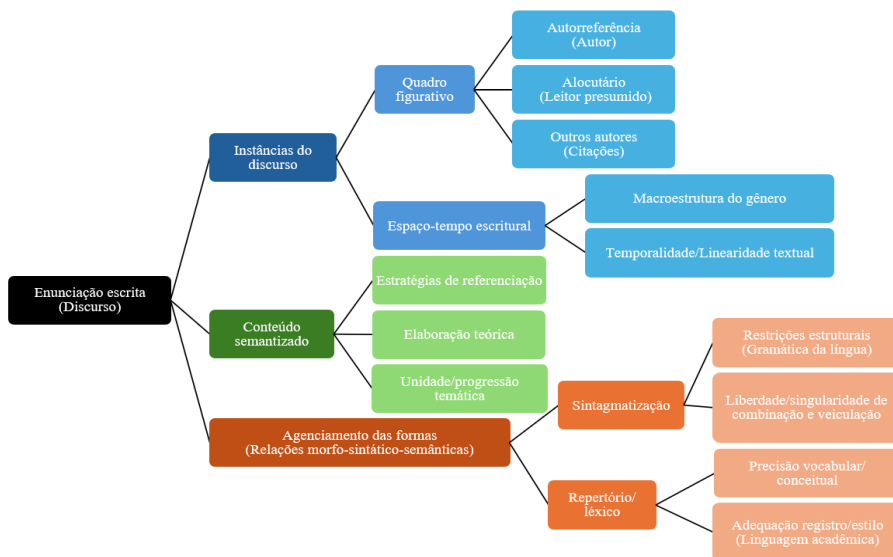


Figura 1. Mapa Conceitual do Instrumento Avaliativo

Enfatizamos que tal configuração é proposta para fins didáticos e metodológicos. Na concepção de Benveniste (1976 [1964], p. 135): “Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e das funções a que elas correspondem”. Portanto, ao segmentar determinados aspectos que se encontram imbricados no ato enunciativo, intenciona-se “objetificar” algo que, dada a subjetividade de cada avaliador, pode tornar o processo avaliativo pouco claro para o autor que recebe a devolutiva de seu texto, sem, contudo, desconsiderarmos a complexidade constitutiva da enunciação escrita e a totalidade da visão benvenistiana sobre a linguagem: “É o todo da instância de discurso que está em jogo: o ato, com referência aos interlocutores e à situação em que ele ocorreu, bem como os caracteres formais do enunciado e seu agenciamento, sua sintagmatização” (Aresi, 2011, p. 274).

Logo, fazemos eco à pergunta proposta por Aresi (2011, p. 273): “Que caracteres marcam a relação do locutor com a língua?”, à qual o autor responde:

Todos os caracteres do enunciado, uma vez que todos eles fazem parte do processo de agenciamento sintagmático e cumprem uma função nessa organização, a cada vez singular. A própria escolha lexical é uma marca de subjetividade, o próprio recurso prosódico também o é. Em suma, **enunciar é subjetivizar a língua toda** (Aresi, 2011, p. 273, grifo nosso).

Portanto, a cada ato enunciativo, enquanto processo e produto, “se recompõe, por meio de cada modificação, a economia enunciativa da textualidade que se tece” (Fenoglio, 2019, p. 79).

Segundo Knack e Oliveira (2017, p. 712): “a avaliação de textos acadêmicos escritos [...] produz uma enunciação de retorno a uma outra enunciação para promover a ressignificação dos modos de enunciação do alocutário”. Assim, colocamo-nos, criticamente, no lugar de locutores-avaliadores que visam tornar essa outra enunciação, ou nosso comentário sobre o enunciado alheio (Normand, 2009a), um instrumento com aspectos generalizáveis, que contribuam para a escrita e a análise de textos desse gênero acadêmico.

2.2.2. Nosso ponto de ancoragem: categorias e descritores para a análise de artigos acadêmicos

Lançados os pressupostos dos quais partimos, realizaremos a discursivização das categorias que irão compor nosso instrumento analítico (Quadro 2). Nosso objetivo, agora, é organizar os pressupostos teóricos em categorias analíticas e versá-los em perguntas que operacionalizem o olhar enunciativo do leitor/analista em relação às enunciações escritas em foco.

CATEGORIAS	DESCRITORES
EIXO 1 – INSTÂNCIAS DO DISCURSO	
Categoria 1.1 – Quadro figurativo: interlocução	
Subcategoria 1.1.1 Autorreferência (eu): marcas de autoria	O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor?
Subcategoria 1.1.2 Alocutário (tu): evidência de diálogo com o leitor	Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto?
Subcategoria 1.1.3 Interlocução com autores (eles) e citações mobilizadas	As citações e menções a autores são comentadas, debatidas, confrontadas e contribuem para o avanço do texto?
Categoria 1.2 – Espaço-tempo escritural	
Subcategoria 1.2.1 Constituição do artigo	As seções típicas que constituem artigos científicos estão presentes no texto (p. ex. título, resumo, introdução, revisão teórica, método, análise/discussão, considerações finais, referências)? O conteúdo e as estratégias textuais empregadas são coerentes com a função de cada uma delas em relação ao artigo como um todo?
Subcategoria 1.2.2 Temporalidade/ linearidade textual	Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro? Estabeleceu-se uma sequência/linearidade espacial/temporal que conduz o leitor/interlocutor?

Quadro 2. Instrumento Analítico para Artigos Acadêmicos (Eixo 1)

Escolhemos estruturar os descritores em forma de interrogação direta, pois compreendemos que, desse modo, o instrumento se aproxima de uma relação de interlocução, que nos coloca numa posição metodológica e epistemológica de curiosidade perante os textos, a fim de investigar as escolhas feitas para sua construção enquanto ato enunciativo que resulta em um produto, o qual possibilita, por sua vez, a construção de sentidos pelo interlocutor almejado.

3. Nossa contribuição: o instrumento analítico e a produção de sentidos

3.1. Análise do Artigo 1

O estudo que deu origem ao artigo primeiramente analisado, intitulado *Letramentos (des)legitimados e práticas de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários*, de Maxwell Souza dos Santos (2023), é uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, que busca analisar, de modo exploratório, questões de Literatura que mobilizam temáticas de cunho social presentes em provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O artigo foi estruturado da seguinte forma: 1. Introdução; 2. Perspectivas sobre a escola, o ENEM e a exclusão no sistema educacional; 3. Do letramento literário aos letramentos literários de reexistência; 3.1. Os letramentos literários; 3.2. Reexistência ou Morte!; 3.3. Letramento literário de reexistência; 4. Procedimentos metodológicos; 4.1. Princípios que norteiam a metodologia; 4.2. O tipo de pesquisa proposta; 4.3. Procedimentos e recortes; 5. Análise do corpus; 6. Considerações finais; Referências.

Em nosso primeiro eixo, **instâncias do discurso**, começamos pelo **quadro figurativo**, buscando vislumbrar de que modo as pessoas e a(s) não pessoa(s) do discurso se manifestam no artigo enquanto enunciação. O autor mobiliza expressões acadêmicas canônicas para falar da própria produção escrita: “o objetivo deste trabalho é”, “este trabalho evoca”, “busca-se averiguar”, “apresentam-se considerações”, “esta pesquisa se descreve” – ora empregando expressões referentes ao próprio manuscrito em terceira pessoa (com verbos em voz ativa e reflexiva), ora usando sujeito indeterminado. Em outros momentos, ao apresentar as contribuições de sua pesquisa, vê-se também um distanciamento – “os resultados sugerem”, “Evidencia-se, sobretudo” – como se os achados fossem autoevidentes, não agenciados por um sujeito que *faz* a pesquisa.

Nos depararemos com o uso de primeira pessoa do singular somente em dois parágrafos das considerações finais. Nestes, vemos a marcação explícita do *eu* enunciador do texto, que retoma suas escolhas quanto a organização do artigo e decisões de pesquisa: “busquei adotar uma postura responsiva enquanto pesquisador”; “Concentrei-me na tentativa de compreender”; “evoquei as discussões anteriormente construídas”.

A esse respeito, conclamamos as reflexões de Riolfi (2011, p. 13, grifos nossos):

[...] a singularidade consiste em uma **conquista**; conquista esta que é construída por meio da coragem para suportar a angústia de ser diferente e do trabalho para dar a ver o que, desta diferença, é possível transformar em obra. Trata-se de uma operação que se **escolhe**. Poder escrever e encontrar meios de fazer os frutos desta escrita fazerem parte da cultura não é resultado do destino [...]. Cabe a cada qual que tomou esta decisão; portanto, em primeiro lugar, **inventar um “si próprio”** que seja fruto de seu trabalho.

É interessante refletir sobre esse processo de autorreferência, de um enunciador que se deixou explicitar, que *escolheu* marcar-se nos verbos que mobiliza somente nos parágrafos finais de seu texto. Embora toda argumentação, organização textual e estratégias de pesquisa reverberem a singularidade da enunciação que é esse artigo, foi somente nas duas páginas finais que o autor *conquistou* um espaço, optando por marcar-se explicitamente como *sujeito na linguagem*.

Quanto à instância do alocutário, há trechos nos quais o autor também emprega a primeira pessoa do plural: vemos o emprego de *nós* em um procedimento que caracteriza a escrita acadêmica numa compreensão de que esta se dá de modo coletivo, enquanto produto/resultado de múltiplas interlocuções (com colegas, com professor/orientador, com coautores), mas que, em nossa leitura, não inclui o leitor: “podemos conceber essa ideia”, “buscamos refletir”, “nos parece ser possível dizer”, “fizemos a escolha de analisar”.

Nesse contexto, alguns autores utilizam o artifício do plural de modéstia, ou plural majestático, que consiste em uma forma de comunicação em que o enunciador do discurso refere a si próprio utilizando a primeira pessoa do plural (*nós*) em detrimento da primeira pessoa do singular (*eu*), dessa forma evitando chamar a atenção diretamente para si no texto, conforme recomenda a maioria dos manuais de metodologia e redação científicas (Oliveira, 2019, p. 127, grifo do autor).

Em outros momentos, entretanto, são empregados verbos com sentido de condução, de convite ao leitor: “*passemos*, agora, para a análise”. Aqui, instaura-se um *nós* que inclui o interlocutor, que se configura como intersubjetividade.

Agora, analisaremos a interlocução com outros autores. Ao longo do artigo de Santos (2023), são mobilizadas 59 citações, sendo 24 citações diretas. Destas, três são excertos da Matriz de Referência do ENEM, isto é, são de autoria institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); as 21 restantes são nomeadamente de autores, sendo a primeira uma epígrafe, que abre o trabalho e dá o mote para a analogia a partir da qual o autor constrói sua introdução. Há três casos em que o autor utiliza a expressão abreviada “cf.” em citações indiretas e uma nota de rodapé com uma indicação de leitura de uma reportagem. Além das citações textuais, na seção destinada à análise do *corpus*, são apresentadas cinco figuras: registros das questões do certame analisadas pelo autor.

Conforme defende Aresi (2011, p. 274), “a análise enunciativa pode ser realizada, porém nunca separada do quadro formal que caracteriza a enunciação”. Assim, embora as estratégias de emprego verbal também possam ser debatidas no âmbito da sintagmatização, escolhemos analisá-las neste momento, pois, em consonância com Rocha e Teixeira (2015), compreendemos que os verbos introdutórios do discurso citado estão dentre os *procedimentos acessórios* disponíveis para a marcação da subjetividade na linguagem. O mesmo se dá com os conectivos.

O autor, majoritariamente, conclama os autores por meio de verbos dicendi de sentido afirmativo e descritivo, os quais não denotam maior valoração, como podemos verificar nos exemplos: “como *aponta* Barros²”; “Andrade *afirma*”; “Cosson *apresenta*”; “Por esse viés, Amorim *et al. falam* em”; “Souza *propõe*”. Caso semelhante ocorre com locuções e orações reduzidas que evocam o sentido de conformidade: “*Em consonância* com a ideia apresentada por Paulino e Grijó”; “*De acordo* com Gerhardt”. Em casos pontuais, ele estabelece interlocução entre teóricos – “É nesse sentido que Amorim e Souto *discorrem*”; ou mesmo valoração em relação ao que enunciam: “os autores *alargam* a concepção”. Dos três artigos analisados, como será possível constatar ao final da leitura deste artigo, Santos (2023) foi o autor que mais abundantemente mobilizou e estabeleceu uma interlocução com teóricos de seu campo de estudos.

Agora, buscaremos apresentar uma síntese sobre o **espaço-tempo escritural** delineado pelo autor. Ao falar do próprio texto e de sua organização, ele utiliza expressões bastante canônicas, como: “na primeira/segunda/terceira seção”, “no presente/neste artigo”, “No caso específico deste trabalho”. Ele também mobiliza expressões espaciais tanto para demarcar elementos que ocupam determinado espaço gráfico no documento, quanto para descrever a extensão e continuidade do artigo enquanto texto em que partes se sucedem: “ao longo do texto”; “Em seguida”; “neste ponto”; “supracitado”; “Acima, podemos ver”; “Na sequência”; “Abaixo”; “a seguir”. Igualmente, temos verbos que denotam deslocamento e expressões adverbiais temporais, relacionando-se ao movimento argumentativo do texto e à temporalidade da leitura: “*partiremos*, na primeira seção”; “*passamos* à compreensão”; “É dessa forma que *vai se configurando*”; “*discutiremos*, na próxima seção”;

2 Ao reproduzir excertos de citações dos trabalhos analisados, optamos por suprimir o ano que, por padrão normativo, registra-se após o sobrenome dos autores, p. ex. Barros (2009), a fim de que esses trechos, visualmente, não se confundissem com as citações diretas deste artigo.

“Na sequência, apresentamos”; “Passemos, agora”. É interessante notar que, conforme os modos verbais agenciados, ora temos uma posição de descrição – “A partir disso, *fizemos*” –, ora temos um convite a que o leitor acompanhe o percurso desenhado pelo autor – “*Sigamos*, na próxima seção” –, movimentos nos quais podemos antever um sujeito-autor que se coloca “no lugar do leitor presumido” (Silva, Boabaid, 2021, p. 223).

3.2. Análise do Artigo 2

O artigo que analisaremos nesta seção, *Análise lexicográfica na FrameNet Brasil*, de autoria da graduanda Michele Monteiro de Souza (2010), configura-se como um relato de pesquisa e se organiza da seguinte forma: Introdução; 1. Projeto FrameNet Brasil; 2. O Processo de Anotação; 2.1. O *corpus* do Projeto FrameNet Brasil; 3. O *frame* de “PLACING”; 3.1. Unidades Lexicais que evocam o *frame* de “PLACING”; 3.1.1. UL colocar; 3.1.2. UL guardar; 3.1.3. UL ensacar; 3.1.4. UL esconder; Considerações Finais; Referências Bibliográficas.

No âmbito de análise relativo ao **quadro figurativo**, temos dois tipos de autorreferência. Registramos apenas uma ocorrência de primeira pessoa do singular: “Assim, temos ‘frame’ como um ‘esquema imagético’. *Exemplifico* essa perspectiva cognitiva com”. As demais são ocorrências de primeira pessoa do plural, em que predomina o plural majestático – “*realizamos* nossa pesquisa na Universidade”, “*Temos*, ainda, elementos periféricos”, “*Selecionamos* quatro ULs que evocam”, “os quais *nos permitem* ver também o processo”. Há apenas duas ocorrências do verbo “vejamos”, em que há, pelo imperativo empregado, um direcionamento explícito ao leitor. Quanto à interlocução com outros autores, temos o registro de cinco citações, sendo somente uma direta: “O projeto baseia-se na Semântica de *Frames*, a partir da concepção dada por Fillmore de que”. As demais citações, todas indiretas, são registradas apenas ao final de sentenças afirmativas, sem emprego de verbos dicendi ou expressões valorativas.

Costa Silva e Endruweit (2011, p. 244) afirmam que “a descrição do fato, seja ela formal ou não, não é independente da teoria que o elege e que lhe dá existência”. Por ser um artigo cujo objetivo é o relato de uma pesquisa na área da Linguística Formal, vemos como característica predominante sequências descritivas e explicativas, não sendo muito característico da área ou mesmo não nos parecendo ser o estilo de escrita da autora mobilizar marcas de intersubjetividade mais explícitas – sem negarmos, entretanto, que “o sujeito está sempre presente em tudo, mesmo quando se mascara” (Fuchs, 1985, p. 120), pois o sentido é sempre situacional e intersubjetivo.

Em relação ao **espaço-tempo escritural**, conforme exposto na seção anterior, o texto apresenta uma organização que permite ao leitor compreender a função de cada uma das partes constitutivas da exposição. A autora mobilizou expressões linguísticas que organizam a transição de um parágrafo ao outro. Temos, a título de exemplo, realizações de expressões canônicas de referência ao próprio texto – “No presente artigo”, “Neste trabalho” – e remissões às ilustrações presentes no texto – “vide Tabela 1”, “Abaixo, apresentamos exemplos”, “Temos, então, a Tabela 2”, que conduzem o leitor em um percurso textual pré-estabelecido, o qual manifesta coesão e coerência.

3.3. Análise do Artigo 3

O último artigo que constitui nossa análise foi publicado no volume 4 da Revista Gatilho no ano de 2006. Com o título *A questão da memória n'A Idade do Serrote*, o texto, produzido por uma graduanda do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Luciana Gomes de Mello Baião, tem por objetivo realizar uma síntese da obra memorialística de Murilo Mendes: *A Idade do Serrote*. Trata-se de um texto curto, de cinco páginas, assemelhando-se estrutural e funcionalmente a uma resenha, embora apresente subdivisões e esteja listado entre os artigos que compõem um dossiê temático sobre memória. Vejamos sua composição: 1. A Idade do Serrote;

2. A memória fragmentada; 3. O duplo olhar de Murilo; 4. A nostalgia do moderno em Murilo; Referências.

No eixo **instâncias do discurso**, começamos pela categoria **quadro figurativo**. Nesse artigo, não temos uso de 1ª pessoa em nenhum momento. Como se trata de um texto cujo objetivo é a apresentação de uma obra literária, a autora mobiliza sequências descritivas e argumentativas, em que predominam frases declarativas, com o emprego de verbos em 3ª pessoa: “Murilo *finaliza* seu livro”, “*trata-se* do desenrolamento dos fios do tempo”. E identificamos cinco ocorrências de emprego de 1ª pessoa do plural: “É importante *ressaltarmos* que toda memória é uma confissão parcial”, “É o que *vemos*, por exemplo, no capítulo”, “A infância aparece como a idade em que *formamos* nossa própria mitologia”, “Murilo Mendes *finaliza* seu livro [...] e *dá-nos* uma síntese interpretativa”, “Com relação à obra trabalhada [...], *podemos* concluir”, nas quais vemos o emprego de plural majestático.

No artigo em análise, não identificamos nenhuma estratégia explícita de diálogo com o leitor, sendo possível a interpretação de que o emprego da 1ª pessoa do plural em “A infância aparece como a idade em que *formamos* nossa própria mitologia” seja uma forma de aproximação com o interlocutor, uma vez que a infância é uma etapa vivenciada/compartilhada por todos.

Quanto a citações, identificamos duas: uma, já mencionada, de Santo Agostinho (“Desta afirmativa de Santo Agostinho, pode-se concluir”) e outra de Ortega y Gasset (“na condição postulada por Ortega y Gasset”), que não constam nas referências e não têm registro de ano e página. Em vários momentos do texto, a autora mobiliza construtos teóricos sem, contudo, fundamentá-los/referenciá-los diretamente – ao abordar, por exemplo, os conceitos ou noções de memória, linguagem pluripartida do cinematográfico, fragmentação do literário, mitologia/ mito –, o que nos impactou enquanto leitores de duas formas: (i) o texto se aproxima, em grande medida, da escrita ensaística, em que o objetivo central não é a comprovação teórica, mas o deslindar do pensamento do autor; (ii) a autora ainda não tem uma compreensão amadurecida, um grau de letramento acadêmico que a permite

construir um texto do gênero mais próximo ao que se espera de um artigo em sua discussão teórica, tendo em vista que esse gênero costuma ser marcado por “citações bibliográficas de dimensão funcional e com forte papel de legitimação, que contribuem para a retórica da cientificidade” (Batista, 2019, p. 176).

Na categoria **espaço-tempo escritural**, identificamos algumas expressões norteadoras para recapitular citações. Foram elas: “No pequeno fragmento *citado*”, “*Desta afirmativa de Santo Agostinho*”, “com os trechos transcritos *acima*”. Ou seja, foram mobilizadas expressões que dizem respeito ao caráter espacial do artigo. Não há expressões temporais relativas à enunciação escrita em si. Igualmente, não identificamos nenhum indicativo de como se organiza a totalidade do texto na primeira seção ou no resumo, nem uma apresentação da seção seguinte ao final de cada uma delas, por exemplo.

4. Discutindo nossos achados: as categorias analíticas e a Teoria da Enunciação

Para conceber o eixo *instâncias do discurso*, conforme já sinalizado, dialogamos de modo mais direto com os textos *Semiologia da língua* (Benveniste, 1989 [1969b]) e *O aparelho formal da enunciação* (Benveniste, 1989 [1970]), bem como reflexões teóricas como a de Aya Ono (2007) e Barboza (2020). Dividimos esse eixo em duas categorias: *quadro figurativo* e *espaço-tempo escritural*. Começamos pelo *quadro figurativo*, categoria que se relaciona diretamente com as contribuições de Benveniste acerca dos mecanismos de significação e intersubjetividade que são mobilizados pelos locutores por meio do aparelho formal da enunciação.

1.1 Quadro figurativo
1.1.1 Locutor (autorreferência – autor)
1.1.2 Alocutário (leitor presumido)
1.1.3 Representação de outras enunciações (citações)

Quadro 3. Quadro Figurativo

Na subcategoria 1.1.1, buscamos olhar para o mecanismo de autorreferência do *eu autor*, partindo da seguinte pergunta investigativa: “*O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor?*”.

Artigo 1	<i>O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor, embora de modo pontual, com o emprego de 1ª pessoa na seção “considerações finais”.</i>
Artigo 2	<i>O artigo apresenta apenas uma ocorrência de 1ª pessoa do singular, predominando uma linguagem descritiva e explicativa por meio do emprego de plural majestático.</i>
Artigo 3	<i>O artigo não apresenta explicitamente estratégias de autorreferência. Predominam sequências descritivas e argumentativas, nas quais são mobilizados verbos em 3ª pessoa ou no plural majestático.</i>

Quadro 4. Quadro Figurativo: A Questão da Autorreferência

Em nossos dados, tivemos dois textos em que houve empregos pontuais de 1ª pessoa, casos de 3ª pessoa do singular e sujeito indeterminado, predominando, no entanto, o uso de plural majestático. Apesar de observarmos que, em textos da área de Ciências Humanas, de modo geral, o emprego de 1ª pessoa esteja ganhando maior aderência, é uma característica ainda da enunciação escrita acadêmica privilegiar arranjos linguísticos que não destaquem a figura do autor/acadêmico/pesquisador. Consideramos discutir as estratégias de marcação (ou mascaramento) da autoria ou mesmo a busca pela pretensa neutralidade científica um aspecto muito relevante para análise,

avaliação e ensino de escrita acadêmica, elementos para os quais os conceitos e noções da Teoria da Linguagem de Benveniste têm muito a contribuir.

Na subcategoria 1.1.2, referente ao alocutário (o *tu* estruturante de toda enunciação), buscamos investigar em que medida os textos analisados evidenciaram, explícita ou implicitamente, uma consideração ao leitor, a partir do seguinte questionamento: “*Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto?*”.

Artigo 1	<i>Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto, evidenciadas pelo emprego de 1ª pessoa do plural e pelo emprego de verbos com sentido de condução, convite ao leitor: “passemos”.</i>
Artigo 2	<i>Há apenas duas ocorrências do verbo “vejamos”, em que há, pelo imperativo empregado, um direcionamento direto ao leitor.</i>
Artigo 3	<i>Não identificamos estratégias explícitas de diálogo com o leitor.</i>

Quadro 5. Quadro Figurativo: Consideração ao Leitor

Em nossa amostra de textos, tivemos algumas ocorrências de verbo no imperativo ou emprego de 1ª pessoa do plural no qual identificamos um real direcionamento ao leitor. Contudo, foram arranjos pontuais. Assim, consideramos que este é um aspecto muito profícuo a ser trabalhando quando se pensa em enunciação escrita, pois se relaciona diretamente com a qualidade da produção acadêmica enquanto meio de divulgação científica entre pares e entre academia e sociedade de modo geral, cabendo sempre nos perguntarmos enquanto autores: em que medida estratégias de condução ou direcionamento ao alocutário podem enriquecer a compreensão de nossos textos pelo leitor pretendido? Quais construções linguísticas e que partes podemos dedicar a isso em um gênero de extensão pequena/média como o artigo?

Seguimos, agora, para a subcategoria 1.1.3, Representação de outras enunciações (citações), que foi norteada pela pergunta: “*As citações e menções a autores são comentadas, debatidas, confrontadas e contribuem para o avanço do texto?*”.

Artigo 1	<i>As citações e menções a autores são comentadas e debatidas. Em sua maioria, as citações são introduzidas por verbos de sentido afirmativo: “dizer”, “afirmar”. Em alguns casos, os autores são inter-relacionados. Não há nenhum caso de crítica ou oposição direta a algum autor.</i>
Artigo 2	<i>Há apenas uma citação direta, da concepção teórica da qual parte a linha conceitual seguida pela autora. As citações indiretas são registradas apenas ao final de sentenças afirmativas, sem emprego de verbos dicendi ou expressões valorativas.</i>
Artigo 3	<i>Há apenas duas citações além daquelas que foram extraídas do livro em análise. Há construtos teóricos da teoria da literatura que são mobilizados, mas sem referência. Não há estratégias de comparação, adição ou oposição entre autores.</i>

Quadro 6. Quadro Figurativo: Outros Enunciadores

Essa categoria foi uma das que se mostrou com resultados mais diferentes entre os artigos. Tivemos o artigo 1, no qual houve uma gama significativa de autores citados entre os quais foram estabelecidas relações de concordância e comparação. Tivemos o artigo 2, no qual não houve muitas citações, mas que apresentou profunda coerência conceitual e terminológica com a teoria na qual se insere. E tivemos o artigo 3, que se configurou, em larga medida, como um ensaio, em que a autora descreve uma obra literária, sem recorrer praticamente a outros discursos. Tal categoria também se mostrou relevante para reflexão sobre a construção da autoria em relação a outras enunciações, a fim de que, no balizamento do espaço dado a diferentes enunciadores, se possa “encontrar uma posição enunciativa passível de ser sustentada” (Riolfi, 2011, p. 11).

Na categoria *espaço-tempo escritural*, buscamos nos debruçar sobre a constituição do gênero artigo acadêmico, considerando sua macroestrutura, e também sobre aspectos relativos à temporalidade e à linearidade textuais, posto que “o exame do texto sob avaliação deve considerar a articulação entre o todo do texto como *ato* (o plano global) e suas partes como *discurso* (o plano analítico)” (Knack; Oliveira, 2017, p. 718, grifo dos autores). Como já

mencionado, consideramos que, na enunciação escrita, enquanto ato e produto, há a constituição de um espaço-tempo, estabelecido por meio do emprego de dêiticos e de verbos, os quais estabelecem uma unidade referencial dentro da qual autores e leitores se situam e movimentam.

- | |
|---|
| 1.2 Espaço-tempo escritural |
| 1.2.1 Macroestrutura do gênero (constituição do artigo) |
| 1.2.2 Temporalidade/linearidade textual |

Quadro 7. Quadro Figurativo

Na subcategoria 1.2.1, então, direcionamos nosso olhar à constituição do artigo, a partir de duas perguntas: “*As seções típicas que constituem artigos científicos estão presentes no texto (p. ex. título, resumo, introdução, revisão teórica, método, análise/discussão, considerações finais, referências)?*”; “*O conteúdo e as estratégias textuais empregadas são coerentes com a função de cada uma delas em relação ao artigo como um todo?*”.

Artigo 1	<i>O artigo apresenta seções canônicas como resumo, introdução, referencial teórico, método, análise, considerações finais e referências, além de recursos gráficos significativos, como o emprego de ilustrações.</i>
Artigo 2	<i>O artigo apresenta seções canônicas como resumo, introdução, referencial teórico, método, análise, considerações finais e referências, construídas com clareza e autonomia (sem repetições intratextuais), além de recursos gráficos e textuais significativos, como quadros de síntese e notas de rodapé explicativas. Destaca-se a organização interna das seções, as quais apresentam paralelismo que contribui para a compreensão do tema exposto, bem como para operações de comparação e cruzamento de dados durante a leitura.</i>
Artigo 3	<i>O artigo apresenta quatro seções, mais as referências. Estas recebem títulos temáticos, não indicando sua função dentro da estrutura do texto. Parecem ter sido organizadas a partir dos temas que a autora quis focalizar em sua abordagem da obra literária em estudo.</i>

Quadro 8. Espaço-Tempo Escritural: Macroestrutura do Gênero

Dos três artigos analisados, somente o último acabou não correspondendo exatamente ao padronizado para um artigo acadêmico, tendo uma divisão de seções temática – a qual, entretanto, não foi apresentada ou justificada para o leitor. Depois, destacamos o artigo 2 por sua organização e seu grau de acabamento, materializando os procedimentos intelectuais que a autora realizou, por meio de operações linguísticas consistentes ao longo de todo o manuscrito. Refletir sobre um gênero de escrita em suas relações de constituição interna e em sua função social, pois este corresponderá (ou não) a expectativas de seus interlocutores, é, também, mobilizar os níveis semiótico e semântico, propostos por Benveniste, pois a enunciação escrita evoca modos de significância intralinguísticos, mas também a mobilização de elementos engendrados em um discurso que se estabeleça enquanto conjunto de referentes.

Para a subcategoria 1.2.2, temporalidade/linearidade textual, elaboramos as seguintes perguntas: “*Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro?*”; “*Estabeleceu-se uma sequência/linearidade espacial/temporal que conduz o leitor/interlocutor?*”.

Artigo 1	<i>Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro, bem como estabelecem uma linearidade temporal, por exemplo: “a seguir”, “supracitadas” etc.</i>
Artigo 2	<i>Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam e situam o leitor quanto ao próprio texto – “No presente artigo”, “Neste trabalho” – e remissões às suas ilustrações – “vide Tabela 1”, “Abaixo, apresentamos exemplos”.</i>
Artigo 3	<i>Não foram empregadas expressões temporais relativas à escrita em si, apenas expressões norteadoras para recapitular citações.</i>

Quadro 9. Espaço-Tempo Escritural: Temporalidade/Linearidade Textual

Nesta subcategoria, o artigo 3 não apresentou estratégias de referência ao próprio texto – ao contrário dos demais que mobilizaram expressões canônicas, como “a seguir”, “abaixo” etc. –, o que nos faz pensar que há, aqui, uma lacuna a ser explorada na escrita acadêmica, pois esses momentos de transição são engendrados de forma muito criativa, por vezes, em textos literários, jornalísticos etc. Por fim, consideramos esta categoria muito profícua para se pensar autoria e também questões relativas ao ensino de escrita acadêmica: pensar a construção de um texto enquanto espaço-tempo organizado e claro, no qual nossos leitores se desloquem a fim de acompanhar a reflexão que propomos nos parece uma interessante chave de compreensão da interlocução entre autor e leitor.

5. Palavras finais: a pesquisa enquanto ato e produto que se abre a novas enunciações

Ao realizamos nossa avaliação, partindo da ideia de que o instrumento elaborado possa ser replicado, aprimorado e cujas conclusões de análise possam ser generalizáveis, fica a percepção da complexidade que é desenvolver modelos de avaliação, pois, por vezes, as categorias ou os fenômenos linguísticos parecem se sobrepor, acabam por ser discutidos em mais de uma categoria. Isso nos levou a questionar os limites da descrição e da discretização de determinados aspectos textuais em categorias analíticas, posto que não é possível isolar um fenômeno dentro das relações e valores que constituem um sistema linguístico. Igualmente, temos ciência de que, embora tenhamos proposto uma análise holística, de textos inteiros, “sempre resta um ponto impossível em qualquer tentativa de formalização” (Riolfi, 2011, p. 14); logo, outras categorias e eixos podem ser elaborados com a mesma finalidade à que nos propomos, a fim de dar conta de aspectos que tenham escapado ao escopo que delimitamos.

Restou-nos a intenção de aplicar, para publicações futuras, o instrumento analítico em textos escritos por estudantes de outras áreas do

conhecimento, a fim de vislumbrar como as instâncias do discurso, o conteúdo semantizado e o agenciamento das formas constituem a enunciação escrita acadêmica desses campos de saber.

Por fim, o estudo de doutorado registrado parcialmente neste artigo sustenta a tese de que, embora Émile Benveniste não tenha se dedicado diretamente ao estudo da escrita, seu posicionamento epistemológico e suas contribuições para a compreensão da linguagem e de como nela o homem se constitui como sujeito possibilitam a formulação de categorias analíticas para a avaliação de textos acadêmicos, colaboram para a compreensão e o aperfeiçoamento da escrita de artigos científicos enquanto espaços-tempos escriturais nos quais os autores imprimem marcas de autoria.

Referências

ARAÚJO, E. D. **A Linguística Geral de Émile Benveniste como um acontecimento no espaço político-simbólico da Linguística**: língua, cultura, personalidade. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27377/1/LinguisticaGeralEmile.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 262-275, 2011. Disponível em: https://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_os_indices_especificos.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

ARESI, F. Pronomes e “formas vazias” no desenvolvimento da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 56, p. 38-56, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/2236-6385.83684>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/83684/50734>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BAIÃO, L. G. M. A questão da memória n'A idade do Serrote. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 4, p. 1-5, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/26882>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BARBOZA, G. A propósito da noção de espaço na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 115-151, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/26019/15234>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BATISTA, B. N. A contraversão de escrever: percursos de autoria. In: NETTO, D. F. *et al.* (org.). **Ensinar a escrever na universidade**: perspectivas e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 145-163.

BATISTA, E. G.; SILVA, S. Biofilia: o texto de divulgação científica e as estratégias enunciativas de tradução. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7593-7607, jan./mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e74756>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/74756/49214>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, É. **Últimas aulas do Collège de France (1968 a 1969)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

COSTA SILVA, C. L.; ENDRUWEIT, M. L. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 236-261, 2011. Disponível em: https://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_o_oral_e_o_escrito_sob_o_vies_enunciativo.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

DUFOUR, D. R. **Os mistérios da trindade**. São Paulo: Companhia de Freud, 2000.

FENOGLIO, I. **Emile Benveniste: a gênese de um pensamento**. Brasília: Ed. UNB, 2019.

FERNANDES, I. C. S. Enunciação, escrita e persuasão: um estudo de caso das publicidades marcadas pela “pessoalização”. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 135-151, 2011. Disponível em: https://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_enunciacao_escrita_e_persuasao.pdf.

FLORES, V. N. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **Delta**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 395-417, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445041033947774307>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/M7NWvrwmcxh9GrTSsKYQhF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FLORES, V. N. **Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013a.

FLORES, V. N. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. *In*: BATTISTI, E.; COLLISCHONN, G. (org.). **Língua e linguagem: perspectivas de investigação**. Porto Alegre: Palotti, 2010. p. 45-57.

FLORES, V. N. Prefácio. *In*: SILVA, S. **O Ensino da Escrita na Universidade: um estudo sob as perspectivas Linguística e Antropológica da Enunciação**. Porto Alegre: Fi, 2019a. p. 11-13.

FLORES, V. N. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. São Paulo: Parábola, 2019c.

FLORES, V. N. *et al.* **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2022.

FLORES, V. N. *et al.* **Enunciação e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. **Alfa**, São Paulo, p. 111-129, 1985.

GUIMARÃES, E. O interesse de Benveniste. *In*: AGUSTINI, C. H.; RODRIGUES, E. (org.). **Uma vida pela linguagem**: homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 23-56.

KNACK, C.; OLIVEIRA, G. F. Avaliação de textos acadêmicos escritos: uma perspectiva enunciativa. **Revista do PPG UPF**, Passo Fundo, v. 13, n. 3, p. 706-732, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/7407/4559>. Acesso em: 17 dez. 2024.

KRISTEVA, J. Prefácio: Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. *In*: BENVENISTE, E. **Últimas aulas do Collège de France** (1968 a 1969). São Paulo: Ed. UNESP, 2014. p. 29-66.

LICHTENBERG, S. **Sintaxe da enunciação**: noção mediadora para reconhecimento de uma linguística da enunciação. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8034>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009a.

NUNES, P. A.; FLORES, V. N. A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 8, p. 235-252, 2012. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2647/1809>. Acesso em: 17 dez. 2024.

OLIVEIRA, G. F. **O problema da referência em Émile Benveniste**. Curitiba: Appris, 2022.

ONO, A. **La notion d'Énonciation chez Benveniste**. Paris: Limoges, 2007.

RIOLFI, C. R. Lições da coragem: o inferno da escrita. *In*: RIOLFI, C. R.; BARROTTO, V. H. (org.). **O inferno da escrita: produção escrita e psicanálise**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 11-32.

SANTOS, C. C. C. O problema da translocação espaço-temporal mencionado em Émile Benveniste no auge do estatuto da enunciação. **RevLet: Revista Virtual de Letras**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 38-52, 2019.

SANTOS, M. S. Letramentos (des)legitimados e práticas de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 24, p. 81-111, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/38624/26158>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, S.; FLORES, V. N. A reescrita no contratempo: tempo de reconhecer a instrução, tempo de compreender a ação, tempo de apropriar-se da interlocução. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 15, n. 2, p. 457-486, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/download/15428/9614/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, S.; MALCORRA, B. Sociedade, sociedades: epistemologia para estabelecer princípios de uma teoria social da enunciação. **Contextos Linguísticos**, Vitória, v. 10, n. 17, p. 23-253, 2016.

SOUZA, M. M. Análise lexicográfica na FrameNet Brasil. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 11, p. 1-10, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/26953>. Acesso em: 17 dez. 2024.

TEIXEIRA, M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista do PPG UPF**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2639/1801>. Acesso em: 17 dez. 2024.